

A agricultura familiar e a expansão das relações sociais inerentes à empresa

Introdução

A empresa é, de acordo com Solé (2008), a força organizadora do mundo em que vivemos – pelo menos desde o século XIII – por isto o autor a denomina Mundo-Empresa. O fenômeno de expansão desse modo de organizar é nomeado por Solé como empresarização, e a dinâmica de empresarização do mundo pode ser percebida pela força da noção de empresa que tende a dominar todos os processos de organização nas sociedades ocidentais modernas e, também, pela força e centralidade das empresas nestas sociedades.

Para Solé (2008), a empresa é um evento antropológico singular na história da humanidade, que ele caracteriza em um tipo ideal, por um conjunto específico de traços e de relações entre os humanos e dos humanos com o mundo. Tomando outra perspectiva sobre o fenômeno, Abraham (2006) conceitua a empresa como um conjunto de formas de agir e pensar específicos às sociedades ocidentais modernas. Ambos os autores são utilizados neste trabalho porque se dedicam à compreensão da expansão e dominância desse tipo singular de organização.

A agricultura camponesa parece ser uma das áreas na qual se observa o fenômeno de empresarização, evidenciado nas discussões relacionadas à emergência e à institucionalização da denominação agricultura familiar – em substituição a denominações antes utilizadas, tais como agricultura camponesa ou pequena agricultura – e das políticas correspondentes apoiadas em “[...] modelos de interpretação de agências multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e o Banco Mundial” (CASTRO *et al.*, 2013, p. 11).

¹ Professora substituta na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA). E-mail: ayana_zanuncio@yahoo.com.br.

² Mestre em Sociologia pela Université de Paris VII – Denis Diderot e doutora em administração – HEC-Paris. Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenadora do núcleo local do Observatório da Realidade Organizacional, membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais e pesquisadora do CNPq. E-mail: rosimeri.carvalho@ufrgs.br.

No Brasil, as discussões legitimadoras da agricultura familiar estiveram frequentemente associadas ao objetivo de converter as pequenas unidades produtivas agrícolas em pequenas empresas agrícolas com ampla capacidade de resposta ao mercado. Um exemplo disso está no documento intitulado “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar”, produzido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (GUANZIROLI *et al.*, 1994). Tal documento estabelecia que o objetivo da política pública de agricultura familiar deveria se destinar a converter os agricultores das pequenas unidades produtivas em “verdadeiros agricultores”, ou seja, agricultores profissionalizados, especializados e com ampla visão empresarial.

A imposição de um modelo imperativo de agricultura especializada, profissionalizada e empresarial, imperativo que se traduz no termo “verdadeiro agricultor”, que é o ideal a ser perseguido pelo principal instrumento da política pública brasileira de agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), é motivo de inquietação e justifica a aproximação estabelecida com a Teoria da Empresariização, uma vez que não é outro tipo de organização, senão o tipo-empresa, que está sendo almejado no escopo dessa política pública.

Considerando as transformações da política agrícola brasileira nos últimos vinte anos e a emergência da categoria agricultura familiar nesse cenário, enuncia-se como objetivo do presente trabalho analisar as relações que se estabelecem e/ou se acentuam a partir da inserção dos agricultores na política pública de agricultura familiar, especialmente o Pronaf.

Além das pesquisas documental e bibliográfica, o presente trabalho utiliza resultados de uma pesquisa de campo realizada em dois municípios gaúchos, Maquiné e Nova Santa Rita, com agricultores e agricultoras praticantes de olericultura³ e beneficiários de políticas públicas, tais como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004) a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996,

³ Ramo da horticultura que trata do estudo e da produção de oleráceas ou hortaliças, plantas que são comumente conhecidas como “verduras” e “legumes” (FILGUEIRA, 2003).

constitui um marco da legitimação do conceito de agricultura familiar no Estado brasileiro.

O documento intitulado “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar”, mencionado na introdução deste trabalho, propôs uma tipologia que classificava a agricultura familiar em três segmentos, a saber: periférica, em transição e consolidada. A classificação foi elaborada em função: (1º) do maior ou menor acesso a mercados; (2º) da disponibilidade de fatores de produção (terra, capital, trabalho e tecnologia); e (3º) do desenvolvimento dos sistemas de produção. Tal documento estabelecia que o objetivo da política pública de agricultura familiar deveria se destinar a converter os agricultores das pequenas unidades produtivas em “verdadeiros agricultores”, ou seja, agricultores profissionalizados, especializados e com ampla visão empresarial (GUANZIROLI *et al.*, 1994).

A tipologia mencionada serviu para o estabelecimento do público-alvo da política de agricultura familiar e para que fosse estimado o contingente de famílias beneficiárias. Assim, refletindo o contexto das políticas neoliberais e dos modelos de desenvolvimento propostos pelas agências multilaterais, o Pronaf foi estabelecido com o objetivo de prover “[...] o apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias⁴ exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família” (BRASIL, 2014a, p. 1). O enquadramento dos agricultores no Pronaf acontece por meio da obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é emitida por agentes credenciados no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e concedida mediante a observação dos requisitos operacionais do Programa.

O Pronaf foi antecedido pelo Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), resposta dada pelo governo Itamar Franco, em 1994, às reivindicações dos movimentos sociais do campo. Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004), o Provap operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e foi o embrião do Pronaf. Embora o Provap não tenha mobilizado recursos vultosos nem tenha atingido resultados expressivos, ele é considerado importante por Schneider, Mattei e Cazella (2004), porque foi o início da política agrícola diferenciada em categorias de agricultores.

Não obstante a delimitação do público-alvo inicialmente estabelecida, ao longo do tempo, agricultores classificados como periféricos passaram a

⁴ As atividades não agropecuárias previstas são prestações de serviço no meio rural, tais como os serviços de turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras, desde que “compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar” (BRASIL, 2014a).

ser minoritariamente contemplados pelo Programa a partir da concepção dos grupos especiais de beneficiários. Um exemplo desse processo foi a incorporação, em 1999, do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera)⁵ pelo Pronaf, que passou a beneficiar agricultores assentados da reforma agrária.

A segmentação dos beneficiários do Pronaf em grupos especiais ocorreu em 1999, a partir da realização de um novo estudo elaborado pela FAO em parceria com o Inra (GUANZIROLI e CARDIM, 2000). A partir de então, foram criados seis grupos especiais de beneficiários com condições diferenciadas de financiamento, como menores taxas e maiores prazos de carência aos beneficiários menos estruturados. Sobre a segmentação, o grupo A compreendia agricultores familiares assentados da reforma agrária; o grupo B, agricultores em situação de pobreza rural (beneficiários de programas de transferência de renda); o grupo A/C, agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que tivessem contratado a primeira operação no grupo A e que não tivessem contratado financiamento de custeio pelo enquadramento em outro grupo; e os grupos C, D e E compreendiam os agricultores familiares classificados, principalmente, pela renda bruta familiar anual; os do grupo C são os menos capitalizados, seguidos pelos grupos D e E, dos agricultores mais capitalizados, ou “consolidados” (SCHNEIDER, MATTEI e CAZELLA, 2004). A partir de 2012, os grupos especiais C, D e E foram extintos e esses agricultores são considerados no grupo Renda Variável ou Pronaf Comum (BRASIL, 2014a).

O Pronaf possui diferentes linhas de crédito que contemplam os financiamentos de custeio, de investimento e também há uma linha para integralização de cotas-partes em cooperativas de agricultores familiares e linhas emergenciais que contemplam agricultores em municípios e regiões atingidas por secas, enchentes, enxurradas, queimadas etc.

Os valores financiados e o número de contratos têm crescido a cada ano, de cerca de 2 bilhões de reais em 1999, para mais de 16 bilhões em 2012, com ênfase nos financiamentos de investimento. O crescimento da modalidade investimento pode ser atribuído à criação da linha Pronaf Mais

⁵ O Procera foi criado pelo Conselho Monetário Nacional no ano de 1985, tendo sido subsumido pelo Pronaf no ano de 1999. Fernandes (2013) afirma que o governo FHC percebeu que os investimentos feitos via linhas de crédito fortaleciam a organização do MST e multiplicavam o número de ocupações, denominando tal situação de *aparelhamento político*. Foi extinto o Procera e, adicionalmente, tomadas medidas de criminalização dos movimentos sociais do campo, como a MP 2.109-52, de 24 de maio de 2001.

Alimentos, que foi elaborada em resposta à crise alimentar de 2008,⁶ com o propósito de ampliar a infraestrutura rural para a produção de alimentos (especialmente pela aquisição de tratores e veículos agrícolas) a taxas de juros de 1% ou 2%, dependendo do valor financiado (BRASIL, 2014a).

Uma importante fonte utilizada para a realização da pesquisa bibliográfica sobre o Pronaf foi o documento elaborado por Mattei (2006) a respeito dos trabalhos acadêmicos produzidos sobre o programa ao longo dos dez primeiros anos de sua existência. Entre outras conclusões, tal documento aponta que a forma de liberação dos recursos pelas instituições financeiras, visando reduzir os riscos do financiamento, provoca um direcionamento de grande parte dos recursos para a Região Sul do país e para os setores agroindustriais mais especializados, notadamente os setores do fumo, da soja e do milho.

A Região Sul e, dentro dela, o Rio Grande do Sul, tem sido privilegiada na operacionalização do Pronaf em razão de uma maior inserção das unidades produtivas no atual modelo de desenvolvimento agrícola, uma vez que a Região Sul, de acordo com Fontoura (2010), recebeu estímulos, desde a primeira metade do século XX, para a introdução de culturas agrícolas, técnicas e práticas relacionadas à modernização agrícola.

As relações sociais inerentes ao fenômeno de empresarização

A Teoria da Empresarização é uma teoria em construção, cujas principais referências são os autores franceses Solé (2000; 2008) e Abraham (2006). A partir das leituras realizadas, pode-se afirmar que uma das principais contribuições desse *corpus* teórico consiste na desnaturalização da empresa, evidenciando-a tanto como o modo de organização por excelência (SOLÉ, 2008) quanto como instituição central (ABRAHAM, 2006) na sociedade moderna.

Solé (2008) chama a atenção para uma notável expansão das empresas por todo o mundo e, também, da noção de empresa para esferas da vida em sociedade que já foram estranhas ao modo de organização empresarial. Em relação ao primeiro aspecto mencionado, a expansão geográfica das empresas, o autor argumenta que

⁶ Segundo a ONU, a crise alimentar de 2008 foi provocada por uma redução dos estoques de grãos entre os anos de 2004 e 2006, e pelo súbito aumento do preço do petróleo, provocando o aumento dos custos dos insumos para a produção. Durante a crise, muitos países produtores reduziram o volume de exportações e os preços dos alimentos atingiram níveis sem precedentes (*A ONU e a alimentação*. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/acao/alimentacao/>>. Acesso: 4 mai. de 2015).

A agricultura familiar e a expansão das relações sociais inerentes à empresa

o colapso dos países do Bloco Soviético e a mudança na orientação da China fizeram com que num intervalo de vinte e cinco anos mais de um milhão e meio de pessoas passassem a fazer parte de um mundo cuja organização de base é a empresa (SOLÉ, 2008, p.49).⁷

Quanto ao segundo fenômeno, a expansão da noção de empresa para diversas esferas da vida em sociedade, Solé (2000; 2008) menciona a onda de privatizações que converte organizações públicas em empresas privadas; a transformação dos clubes de futebol em sociedades anônimas; os mercenários iraquianos, assalariados de empresas responsáveis pela manutenção da segurança; a alimentação cotidiana, cada vez mais dependente do acesso aos produtos de empresas; e o cuidado com os anciãos, que tem sido relegado às casas de retiro privadas. Tal expansão está associada ao fato de que a empresa se torna cada vez mais o modelo obrigatório de diversas organizações e atividades humanas que, mediante pressão, passam a necessitar e até mesmo almejar se organizar tal como uma empresa (SOLÉ, 2000).

De acordo com Solé (2000; 2008), outro aspecto que evidencia a expansão da empresa é a sua crescente capacidade de influenciar o comportamento dos seres humanos dentro e fora dessas organizações, produzindo valores e condutas que sejam úteis à sua sobrevivência, como, por exemplo, a associação entre felicidade e consumo.

Não obstante a expansão da empresa pelo mundo, e para diferentes esferas da vida, constata-se que são poucos os que se perguntam o que é a empresa, mesmo entre aqueles pesquisadores que se dedicam ao estudo de temas relativos a ela (SOLÉ, 2008). Segundo Solé (2008), os pesquisadores costumam tomar a empresa como uma evidência e, por isso, não a questionam.

Ao revisitar autores clássicos e pesquisadores contemporâneos, Solé (2008) afirma que quanto mais seriamente se proponha a pergunta “O que é a empresa?”, mais tortuoso se torna o caminho para obtenção de uma resposta, porque esse caminho passa pelo questionamento e pela compreensão sobre a realidade que vivemos e sobre aspectos que frequentemente entendemos como naturais e inquestionáveis. Portanto, a dificuldade de definir a empresa reside na compreensão do fenômeno que vivemos, que acaba por obnubilar nossa percepção sobre ela.

O debate travado por Solé (2008) o leva a propor a ideia de que

⁷ L'effondrement des pays du bloc soviétique et l'actuel basculement de la Chine sont des événements majeurs ayant favorisé cette expansion. En l'espace de vingt-cinq ans, plus d'un milliard et demi d'humains sont entrés dans un monde dont l'organisation de base est l'entreprise.

vivemos em um “Mundo-Empresa”, um mundo dominado pelas empresas. Para tentar contornar a dificuldade aludida por esse autor, isto é, para tentar evidenciar o fenômeno de empresarização sem tomar a empresa como evidência em si, recorre-se a Abraham (2006), que a vem discutindo como instituição central na modernidade.

A empresa e o fenômeno de empresarização podem ser compreendidos a partir de outras instituições centrais. Tais instituições consistem em maneiras de agir e pensar que foram socialmente engendradas na história ocidental-europeia e fundamentam a referida centralidade da empresa em nosso mundo⁸ (ABRAHAM, 2006).

Na presente seção, as relações funcionais, conflituosas, concorrenciais, impessoais e de dominação serão apresentadas, pois são vinculadas às maneiras de agir que fazem da empresa a organização por excelência, isto é, a organização predominante nas sociedades ocidentais modernas. Trata-se de relações que não existem de forma autônoma umas em relação às outras, porque são observadas no mesmo emaranhado das relações que se processam e que sustentam o modo de vida nas sociedades mencionadas. Não obstante, as relações serão apresentadas separadamente, em subseções, a fim de dar voz a autores clássicos que se dedicaram à sua compreensão a partir de diferentes prismas.

Relações funcionais

As relações funcionais são decorrentes da divisão do trabalho particularmente desenvolvida nas sociedades modernas (ABRAHAM, 2006). Segundo Abraham (2006, p. 332), o trabalho ocupa um lugar central na vida do homem moderno, que passa a maior parte do tempo produzindo bens e serviços que outras pessoas estejam dispostas a consumir.

Abraham (2006), ao refletir sobre o pensamento de Durkheim, lembra que, ao contrário de outras sociedades, nas sociedades modernas os indivíduos são agrupados pela função que executam, sendo esse elemento fundamental sobre a identidade dos seres humanos modernos. Não é à toa que uma pergunta muito comum quando pessoas se conhecem é: “que você faz?” (ABRAHAM, 2006).

Abraham (2006) chama atenção para o fato de que em muitas sociedades humanas diferentes da nossa, as pessoas possuíam, ou possuem, lugares e papéis predeterminados. A sociedade moderna está

⁸ A expressão “nosso mundo” é um termo utilizado na definição do fenômeno da empresarização que merece atenção e reflexão sobre as diferenças observadas em cada contexto de estudo.

alicerçada sobre a ideia de que o espaço não é concedido, sendo unicamente garantido pelo esforço pessoal de cada um, o que asseguraria a mobilidade social. Abraham (2006) observa que embora essa mudança de posição social seja um elemento questionável, o fato é que as posições nunca estão escritas com antecedência (pelo menos não de uma maneira que seja explícita) nem asseguradas.

A divisão do trabalho, tal como se apresenta nas sociedades modernas, e as relações funcionais unem seus integrantes de um modo essencialmente utilitarista. Abraham (2006, p. 333) afirma, mais uma vez, inspirado em Durkheim:

Eu sou ligado a outro não porque eu goste ou porque nós compartilhamos o mesmo sangue, o mesmo território ou as mesmas crenças, mas principalmente porque eu preciso dele, porque seu trabalho é útil para mim, porque ele tem o que falta no meu bem-estar: esse laço essencial, o "laço social" elementar, diríamos hoje, forma a associação nascida a partir do processo de divisão do trabalho.

Assim, as relações funcionais podem ser percebidas como um fator importante na moderna divisão do trabalho, na qual os indivíduos se relacionam entre si e com o mundo a partir do seu trabalho, ou seja, a partir da função que executam – nas empresas, em uma perspectiva utilitarista e individualista.

Relações de assalariamento

Para Solé (2008, p. 28), um indicador da onipresença das empresas no mundo é o percentual de trabalhadores assalariados: “a maior parte dos franceses sabe o que é uma empresa, porque mais de 80% das pessoas em idade de trabalhar do nosso país ganham sua vida como assalariadas das empresas”.

Abraham (2006), fundamentado em Marx, afirma que a relação salarial oculta uma relação de exploração do homem pelo homem, na medida em que aqueles que não têm os meios materiais para produzir, vendem a sua força de trabalho para o capitalista que, em troca, obtém o direito de explorá-los. Abraham (2006) afirma que

[...] a empresa se baseia em uma relação social específica, o assalariamento, e que esta relação social, para se impor, supõe que a maioria dos membros da sociedade não tem recursos para viver que não seja a sua força de trabalho, enquanto a minoria é legalmente proprietária do essencial dos meios de produção, o que supõe, igualmente, a inovação estritamente moderna (ou

burguesa, Marx diria) de que todos os membros da sociedade em questão são reconhecidos como livres e iguais em direitos, e esta relação social, enfim, deve ser considerada como uma relação de força que, na maior parte dos casos, atribui a vantagem aos proprietários dos meios de produção, pela simples razão de que seus bens lhes garantem, pelo menos por um tempo, uma independência material que, por definição, não podem usufruir os candidatos ao salário (ABRAHAM, 2006, p. 363).

Para Viana (2009), a principal característica da modernidade é revelada pela relação de exploração de uma classe pela outra no processo capitalista de produção de mercadorias. Todas as demais características, tais como a racionalização moderna e a burocratização, são, na visão do autor, secundárias e decorrentes do processo de extração de mais-valor e realização do mesmo pelo consumo das mercadorias (VIANA, 2009).

O trabalho assalariado é, portanto, uma marca do Mundo-Empresa, e a observação de relações de assalariamento é um indicador do caráter da exploração exercida e da forma social de economia experienciada.

Relações concorrenciais

A célebre frase “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse”, contida na obra *A riqueza das nações*, de Adam Smith (1996, p. 74), alude à percepção de que, na busca pela satisfação de suas necessidades, o ser humano é motivado unicamente pelo interesse, pelo egoísmo, e não pela benevolência. Tal compreensão sobre o “homem econômico” funda a economia moderna, ciência para a qual Smith é considerado um autor clássico.

Em complemento à filosofia liberal exposta por Smith (1996), Pareto (1996) tornou mais clara a ideia de autorregulação do mercado ao demonstrar, segundo a sua compreensão, que o bem-estar de uma sociedade é função da concorrência entre os agentes econômicos em uma situação de livre mercado (GARCIA, 1996). A partir da leitura de Pareto (1996), conclui-se que as relações concorrenciais são subsumidas pela empresa (mesmo quando se busca constituir monopólio) e fundamentais à compreensão dos comportamentos que se processam em função da obtenção de uma lucratividade cada vez maior.

Os indivíduos e as empresas, afirma Pareto (1996), concorrem sempre entre si e, especificamente as empresas, buscam sempre maiores lucros pelo barateamento dos insumos que consomem e pela valorização dos

bens e serviços que produzem. Huberman (1986) afirma que quem se comportasse de tal maneira na Idade Média na Europa seria excomungado duas vezes! Huberman (1986), ao descrever a emergência da prática dos juros na Idade Média, na Europa, consegue provocar no leitor um estranhamento em relação ao tipo de comportamento econômico (pautado pela concorrência) que pouco a pouco foi sendo consolidado nas sociedades modernas:

Hoje em dia é possível fazer, num negócio comercial, a um estranho, o que não faríamos a um amigo ou vizinho. Temos, para os negócios, padrões diferentes que não se aplicam a outras atividades. Assim, o industrial fará tudo ao seu alcance para esmagar um concorrente. Venderá com prejuízo, se empenhará numa guerra comercial, conseguirá descontos especiais, tentará todos os recursos possíveis para encurralar seu rival. Essas atividades arruinarão o competidor. O industrial ou comerciante sabe disso, contudo continua a realizá-la porque negócio é negócio. No entanto essa mesma pessoa não permitiria, sequer por um minuto, que um amigo ou vizinho passasse fome (HUBERMAN, 1996, p. 38).

A Teoria da Empresarização pode contribuir para que se evidencie a emergência de relações concorrenciais em organizações diversas submetidas à empresarização do mundo, que coloca a questão da expansão do comportamento econômico para esferas da vida e da organização social que permaneceram preservadas das relações concorrenciais por um tempo, não obstante a aproximação matemática estabelecida há muito tempo pela teoria econômica sobre a motivação egoísta do comportamento dos indivíduos.

Relações impessoais

No âmbito da burocracia, a impessoalidade formalista é definida por Weber (2004) como a dominação,

[...] sem “amor” e “entusiasmo”, sob a pressão de simples conceitos de dever, sem considerações pessoais, de modo formalmente igual para “cada qual”, isto é, cada qual dos interessados que efetivamente se encontram em situação igual – é assim que o funcionário ideal exerce seu cargo (WEBER, 2004, p. 147).

As relações impessoais também são destacadas por Weber, conforme aponta Ramos (1989), como peculiaridades da sociedade de mercado; esta

não poderia funcionar eficazmente sem que os indivíduos se relacionassem de modo impessoal com seus ambientes de trabalho. Ramos (1989, p. 98) afirma: “numa sociedade de mercado, o empregado eficiente deve ser um ator despersonalizado”. Mas em que sentido se fala de despersonalização? O autor explica que toda vez que o indivíduo permite que a organização seja a referência de sua existência, sua individualidade se torna produto de uma realidade forjada para a consecução das metas organizacionais.

O indivíduo despersonalizado é o símbolo do empregado eficiente, é o que melhor se adapta à impessoalidade burocrática enunciada por Weber. Ramos (1989) demonstra a sofisticação do discurso que manipula os indivíduos na sociedade moderna e os submete aos imperativos econômicos organizacionais. Todavia, a impessoalização das relações é produtora de conflitos permanentes e inevitáveis que decorrem de um processo de deformação da pessoa humana.

Além das organizações e da sociedade de mercado, há um terceiro fator que se soma à presente compreensão sobre a impessoalização crescente das relações sociais na modernidade, o dinheiro. Embora Weber seja uma importante referência para discutir a questão da ganância, ou seja, a necessidade de ganhar cada vez mais dinheiro, destacamos também a obra de seu contemporâneo, George Simmel (2005).

No final do século XIX, Simmel (2005) relacionou a impessoalização das relações na sociedade moderna à consolidação do dinheiro como mediador da relação entre posse e proprietário, entre os objetos e os sujeitos. A análise de Simmel (2005) sobre a impessoalização proporcionada aos sujeitos na modernidade aponta que, se por um lado o dinheiro proporciona a liberdade e autonomia da personalidade em relação às coisas, por outro, e simultaneamente, ele permite que a objetividade da lei das coisas sobrepuje e banalize as subjetividades das relações entre os sujeitos e entre o sujeito e o objeto.

Assim, é possível perceber que a consolidação das relações monetárias é uma marca da modernidade porque é acompanhada pela impessoalização e por outros aspectos também apresentados neste texto, como o estabelecimento de relações funcionais e do assalariamento. O dinheiro e as relações monetárias são importantes características do processo de impessoalização crescente nas sociedades modernas, aspecto que também pode ser pensado a partir do caráter das relações de dominação estabelecidas nessa sociedade. A próxima subseção traz alguns apontamentos a esse respeito.

Relações de dominação

Weber (2004) definiu dominação como “[...] a probabilidade de

encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis [...]”, distinguindo três tipos de dominação, quais sejam, de caráter racional, de caráter tradicional e de caráter carismático.

A dominação de caráter racional-legal é o tipo de dominação predominante na modernidade, ela é “[...] baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal)” (WEBER, 2004, p. 141). O autor afirma que, em sua época, a crença na legalidade, isto é, a submissão aos estatutos estabelecidos via procedimentos considerados corretos, era o tipo mais corrente de legitimidade que poderia ser atribuída a uma determinada ordem. Por isso, Weber fala em dominação racional-legal.

O caráter racional do tipo de dominação corrente na modernidade é relacionado ao processo de racionalização que se desenvolveu na sociedade moderna e que legitimou a racionalidade formal em relação às demais. Nesse contexto, a burocracia emergiu como a estrutura organizativa mais característica e mais legítima, pois reflete em seus processos o exercício da racionalidade formal, visando à dominação, ao controle e à eficiência (WEBER, 2004).

A dominação racional-legal fundamenta a separação entre as funções administrativas e operacionais. Tal separação condicionou o surgimento das funções e conhecimentos administrativos que estão alicerçados no controle dos trabalhadores por meio de normas a fim de obter desses obediência e disciplina, assim como produtividade e, conseqüentemente, maiores lucros para as empresas.

As reflexões a partir da teoria da empresarização aqui expostas serviram de base para a pesquisa que realizamos com pequenos agricultores e guiaram a análise das relações que se estabelecem ou se modificam com a participação no financiamento agrícola. Na próxima seção, discorreremos sobre os métodos utilizados para a coleta e análise dos dados utilizados neste estudo.

Método

O presente texto resulta de uma pesquisa de natureza interpretativa, cuja hipótese inicial trabalhada foi a de que as concepções que orientam a política pública brasileira de agricultura familiar, especialmente o Pronaf, fomentam o aparecimento e/ou intensificação das relações peculiares à empresa, quais sejam, as relações impessoais, concorrenciais, de exploração e dominação entre os beneficiários, podendo levá-los a situações de desarticulação política e instabilidade do seu modo de viver.

Os procedimentos adotados foram a realização de amostragem intencional por tipicidade (MARCONI e LAKATOS, 2010) e a coleta de dados secundários, bem como a realização de um pré-campo, procedimentos que possibilitaram a identificação dos municípios de Nova Santa Rita e Maquiné, ambos situados no RS e eminentes na produção de gêneros olerícolas para o abastecimento da região metropolitana de Porto Alegre, RS.

As relações peculiares à empresa foram adotadas neste trabalho como as categorias que orientaram a análise do material coletado durante a pesquisa de campo que ocorreu entre os meses de abril e setembro de 2014. O principal procedimento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, realizada com agricultores e agricultoras beneficiários da política pública de agricultura familiar nos dois municípios mencionados, totalizando 34 entrevistas. A observação também foi um procedimento adotado e esteve apoiada na confecção de um caderno de campo no qual eram registrados acontecimentos, impressões e diálogos informais transcorridos durante a pesquisa.

Do total de entrevistas realizadas, vinte ocorreram no município de Maquiné e quatorze no município de Nova Santa Rita. É necessário registrar que, em Maquiné, as entrevistas foram feitas com o público assistido pelo escritório local da Emater-RS/Ascar. Em Nova Santa Rita, a pesquisa de campo foi facilitada por duas entidades: o escritório local da Emater-RS/Ascar e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COptec), que assiste exclusivamente o público dos assentamentos da reforma agrária. Por esse motivo, é importante salientar que, neste último município, seis entrevistas foram realizadas com o público assistido pela Emater-RS/Ascar e oito com o público dos assentamentos rurais.

Todas informações registradas foram analisadas a partir de uma classificação dos trechos das entrevistas e observação segundo o vínculo que se pode perceber com as relações que estabelecem os pequenos agricultores entre si. Assim, as entrevistas foram transcritas, lidas e relidas para que se pudesse perceber, usando as reflexões da teoria da empresarização, que trechos poderiam ser associados a estes aspectos e que trechos os contrariavam.

A agricultura familiar nos municípios de Maquiné e Nova Santa Rita

Os municípios de Maquiné e Nova Santa Rita apresentam expressiva participação no abastecimento alimentar de Porto Alegre e da região metropolitana. Os dois municípios foram selecionados para o estudo

porque apresentam realidades bastante diversas, ampliando as possibilidades de aprendizado na realização da pesquisa de campo.

Maquiné

Maquiné possuía, em 2010, 6.905 habitantes, com PIB per capita de R\$ 10.878,35 e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,682. Trata-se de um município cuja atividade agrícola tem grande relevância econômica: em 2009, o valor adicionado bruto da agropecuária ao PIB municipal correspondia a 21,7% do total, bem acima dos percentuais do valor adicionado pela agropecuária no Rio Grande do Sul (7,1%) e no Brasil (5,7%) no mesmo ano (IBGE, 2015a).

Grandes redes do varejo alimentar são abastecidas pela produção oriunda do município, são elas: Záfari, Carrefour, Walmart e McDonald's. Essas empresas estabelecem contratos com alguns produtores mais capitalizados e altamente especializados na produção de alguns gêneros.

A mecanização agrícola é um aspecto importante no Vale do Maquiné, e é um exemplo de como o apoio público estadual se materializou naquele lugar por meio do Programa de Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica - Programa Apsat. A Apsat de Maquiné existiu por mais de trinta anos e tinha como principal atividade o compartilhamento de tratores e implementos agrícolas entre seus associados.

A utilização do Pronaf pelos agricultores de Maquiné e a criação, em 2009, da linha de financiamentos de investimento denominada Mais Alimentos possibilitou a intensa mecanização das unidades produtivas do Vale do Maquiné. São tratores, implementos, caminhões, veículos agrícolas, câmaras frias.

Nova Santa Rita

Nova Santa Rita possuía, em 2010, 22.716 habitantes, com PIB per capita de R\$ 23.143,14 e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,718. O município está localizado na região metropolitana de Porto Alegre, a 26 Km da capital, e mais de 50% do seu território é composto por estabelecimentos agropecuários, os quais se dedicam às lavouras de arroz, milho, mandioca e melão. Apesar da presença massiva de estabelecimentos agropecuários, o valor adicionado bruto da agropecuária ao PIB municipal correspondia a apenas 2,6% em 2010, fato que pode ser explicado pela pujança da participação dos setores serviço e indústria no município (IBGE, 2015b).

A proximidade com o meio urbano e com municípios que detêm as maiores economias do Rio Grande do Sul representa ameaças ao desenvolvimento da atividade agrícola devido à capacidade de absorção de mão de obra – associada aos setores industrial e de serviços – e também pela expansão do tecido urbano para Nova Santa Rita, onde já se verifica a existência de 772 empresas atuantes. No município, de um total de 6.911 pessoas ocupadas, 5.908 são assalariadas (IBGE, 2015b).

A utilização de terrenos para especulação imobiliária já foi motivo de ocupações pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município, e algumas dessas áreas se tornaram assentamentos rurais. Atualmente, há em Nova Santa Rita quatro assentamentos da Reforma Agrária: Itapuí Meridional, criado em 1988; Capela, criado em 1994; Sino, criado em 1994; e Nova Santa Rita II, criado em 2005. Nos quatro assentamentos, segundo cadastro do Incra, estão assentadas 282 famílias (BRASIL, 2014b).

Neste município, além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), outras vias de comercialização utilizadas pelos agricultores e agricultoras assentados têm sido o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e as feiras nos municípios de Porto Alegre, Canoas e Nova Santa Rita. Muitas vezes, o acesso a tais mercados é condicionado ou favorecido pela prática da agricultura orgânica, sem a utilização de agrotóxicos, adubos químicos e outros insumos e técnicas agrícolas convencionais.

Discussão

O acesso aos financiamentos do Pronaf é praticamente generalizado entre os agricultores do setor olerícola no município de Maquiné. O município acessou no ano-safra 2013/2014 cerca de 3,5 milhões de reais em crédito do Pronaf, a maior parte na linha Mais Alimentos (investimentos). Em Nova Santa Rita, no mesmo período, o valor foi de 600 mil aproximadamente, indicando que a utilização do crédito é bem menor, possível reflexo da decadência da atividade agrícola em função da pressão imobiliária que se observa no município e também da participação marginal do público dos assentamentos no Programa, uma vez que, na totalidade do Pronaf, a maior parte dos recursos é destinada aos agricultores do grupo renda variável (considerados os “verdadeiros” agricultores familiares), consolidados ou em transição.

O mecanismo do crédito é percebido como algo normal para os agricultores entrevistados em Maquiné, fato que dificultou a identificá-lo em relação à organização dos produtores, pois poucas vezes a questão do crédito era destacada pelos entrevistados. Assim, foi possível notar que há

um discurso bastante consolidado de legitimação do mecanismo, pois, na percepção de vários entrevistados, quando o financiamento traz retorno, é porque foi bem empregado pelo agricultor; caso contrário, é porque o agricultor não investiu corretamente, utilizando o dinheiro para outros fins que não a produção agropecuária. Enfim, o agricultor seria o único responsável quando o recurso empregado não proporciona o retorno esperado. A fala de um entrevistado expressa esse discurso recorrente:

Tem que saber usar o dinheiro. Tem muita gente que eu sei que tirou custeio e fez mal uso do dinheiro. Ah, tirou dinheiro ali pra investir na lavoura, comprou uma moto nova, um carro, trocou de carro... aí já era né. Comprar lata não adianta. Tem que saber investir o dinheiro, saber onde vai colocar. O que vem fácil, vai fácil (agricultor, Maquiné).

Entretanto, sabe-se que a agricultura está sujeita a intempéries, tais como enchentes, geadas e chuvas de granizo, que podem levar à perda total da produção. O relato de um agricultor (não assentado) elucida essa dificuldade:

um ano que deu uma chuva de granizo nós perdemos tudo. Naquele ano eu tive dificuldade, tive que arrumar dinheiro emprestado pra pagar o financiamento, pra poder renovar o financiamento, pra plantar de novo. [era de custeio?] de custeio. E nesse ano que deu essa enchente, eu perdi dezessete hectares de plantação, foi bem difícil. Mas aí, assim, têm os que fornecem o esterco de galinha, me forneceram sem prazo pra pagar, comprei trinta e duas cargas de esterco a setecentos reais, dá mais de vinte mil, pra pagar no fim do ano, não me deram dia pra pagar [...] falaram: “pode plantar que nós aguentamos”. Aquele cara que faz muda lá, me aguentou seis meses sem eu precisar pagar ele sabe? Me deu seis meses de carência, eu paguei... consegui pagar ele antes sabe? Mas me deu seis meses. O que me vende insumos ali também me fez a mesma coisa, cobrou um jurinho, irrisório sabe, pra pagar em janeiro. Então, eu tive dificuldade, mas não tive dificuldade em ter... eu tinha *crédito* pra superar aquilo ali. Pra não precisar vender o caminhão, ou vender o trator, vender o carro. Sei lá, vender outra coisa pra poder se manter. E se eu soubesse que ia dar enchente, que ia dar a chuva de pedra a gente às vezes teria economizado mais um pouco pra ter o dinheiro pra se controlar. A gente não sabe! Tá lá a mercadoria pronta pra colher, dá uma chuva de pedra, ou dá uma enchente... imprevisto. Aí o sujeito quebra. É um jogo né? Risco de perder

tudo (agricultor familiar Nova Santa Rita, comercializa para a Ceasa).

Em Nova Santa Rita, especialmente entre os agricultores assentados, foi observada uma postura crítica em relação ao crédito rural, e os agricultores refletem sobre a impossibilidade de serem punidos e culpabilizados por não conseguirem pagar o financiamento. A reivindicação pela renegociação da dívida travada pelos movimentos sociais do campo é um exemplo de que a lógica de individualismo e impessoalidade, da qual a política é imbuída, não é plenamente aceita pelo público dos assentamentos. Tal reivindicação teve como resultado a aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, em 2014, da Resolução nº 4309, que estabeleceu condições para a renegociação das dívidas dos agricultores familiares, demonstrando a importância da união deles para a consecução de objetivos comuns.

Em Maquiné, as relações de concorrência foram evidenciadas em relatos de agricultores que reportam a sua existência desde as primeiras relações estabelecidas com os “grandes mercados”, em meados da década de 1980, quando alguns agricultores passaram a competir entre si para consolidar parcerias comerciais com as redes supermercadistas atuantes em Porto Alegre e na região metropolitana. É perceptível que o modo como ocorre o acesso ao mercado – por meio da estrutura oligopolizada do varejo alimentar – é, notavelmente, um vetor das características mais empresariais e da organização empresarial de agricultores no município, que passaram a se organizar apoiados na exploração e divisão do trabalho, relações observadas em propriedades que contam com a mão de obra de dezenas de parceiros, ou “plantadores”, como são chamados pelos proprietários, revelando a percepção da utilidade desses trabalhadores na divisão do trabalho por parte de seus empregadores.

Ainda a respeito das relações estabelecidas para comercialização, foi constatado que o Pronaf vem sendo utilizado indiretamente pelas redes varejistas que, mediante utilização de seu poder de mercado, impõem exigências que obrigam os produtores a recorrerem ao crédito do Pronaf, sobretudo o de investimento, para construção de estufas e aquisição de câmaras frias, por exemplo. A fala seguinte reflete essa realidade:

só que agora o Záfari colocou uma lei. Já faz dois anos que ele colocou essa lei: “rúcula e alface americana nós não compramos mais de chão. Alface lisa e crespa ainda compramos, porque ainda não existe estufas suficiente, mas alface americana e rúcula não queremos mais de chão”. Agora esse ano eles apertaram mais ainda o cinto. “Não queremos mais alface da

rua, vocês se virem. Vão fazer estufa, porque nós só vamos comprar de vocês se for de estufa, nós vamos vistoriar se é de estufa mesmo". Eles baixam a lei, tá ali e eles [produtores/agricultores] são obrigados a cumprir. "Vocês querem nos fornecer? façam estufas" (Agricultora de Maquiné que produz em estufa e comercializa sua produção para um intermediário que revende para o Záfari).

Foi observado que o fomento da mecanização individualizada por meio do Pronaf pode ocorrer em detrimento da organização coletiva dos agricultores. Em Maquiné, antes da expansão dos financiamentos de investimento do Pronaf, os agricultores se organizavam em uma associação de compartilhamento de máquinas e implementos, a Apsat. Entretanto, com a expansão do crédito do Pronaf, os agricultores passaram a adquirir os próprios equipamentos. Ainda que isto possa ser visto como uma possibilidade de melhorar as condições de trabalho de cada agricultor, na medida em que grande parte do grupo passou a ter individualmente os equipamentos inteiramente à sua disposição, isso também enfraqueceu a necessidade da ação coletiva e ajudou a quebrar os laços de cooperação que existiam na Associação. O trecho da entrevista com um ex-presidente da Apsat inspira a análise acima exposta:

[...] só no [Pronaf] Mais Alimentos, foram vendidos mais 76 tratores. Já tinha 240. O colono largou o boi de lado, largou a tobata de lado e foi trabalhar com o trator [...]. Só que hoje ninguém precisa mais, ninguém, assim, é modo de dizer, os que puderam compraram. [...] Quem tem dois hectares de várzea, tem trator. Então o que eu vou fazer? Não tem mais necessidade. Tive que ir vendendo [os tratores, para cobrir as despesas que não podiam ser pagas devido à redução das horas/máquina prestadas]. [...] Foi pra um ponto que a Apsat começou a dar prejuízo (Agricultor aposentado de Maquiné e ex-presidente da Apsat).

A lógica de fomento individualizada que o Pronaf carrega foi, de certa maneira, contornada pelos coletivos produtores de arroz nos assentamentos de Nova Santa Rita, uma vez que os agricultores e agricultoras negociaram com o agente financeiro a aquisição coletiva de um trator para a lavoura de arroz. Na ocasião, o grupo de treze famílias estava acessando pela primeira vez o financiamento do Pronaf (grupo especial A), um valor de 21 mil reais que seria liberado em três parcelas. A negociação estabelecida com o banco permitiu que os agricultores

recebessem a segunda e a terceira parcelas de uma só vez e adquirissem coletivamente o trator:

tipo o meu Pronaf que eu peguei, nós juntamos treze pessoas e compramos um trator. Com meia parcela minha e meia de cada um né. Então, não é uma cooperativa, não tem... mas foi uma compra coletiva. Então isso é o Pronaf... Eu fico... como é que se diz? Um depende do outro. Se der problema com um, eu fico dependente desse processo. [...] Então, sendo assim, eu fico dependente disso, ou, depois... ou individualiza, que daí é um outro processo de individualizar, ou eu fico... dependendo daquilo. Ou eu pego individual. Aí tinha essas opções. [...] [Esse era qual tipo de Pronaf?] Era o nosso primeiro Pronaf, era o A. Depois que veio o A/C. Porque nós tínhamos 20 mil. Sete eu peguei, e cada um pegou. Investiu individual. E os outros treze investimos coletivo. Pudemos ter duas opções. Parte coletiva aqui no grupo e parte individual, do mesmo projeto. É que ele tinha que pegar em três vezes. Claro, aí nós fomos discutindo e nós juntamos. O primeiro nós pegamos juntos. Uma de sete e duas de seis e meio, deu treze. Como nós íamos comprar o trator, de cento e poucos mil, nós juntamos as duas [parcelas]. Você não ia comprar meio trator, depois mais meio trator [risos]. Então, o banco conseguiu fazer essa... mas era pra ser três vezes [três parcelas] (Agricultor, Assentamento Nova Santa Rita II).

Esse exemplo demonstra um fato que foi observado também em outras situações, quando os agricultores, que têm uma organização coletivista, conseguiram contornar algumas pressões características do fenômeno de empresarização que lhes seriam prejudiciais.

Outra situação constatada, que revelou a capacidade dos agricultores em contornar as relações típicas da empresa, foi a negociação estabelecida com a Prefeitura de Nova Santa Rita, para que os interessados em participar do Pnae não fossem obrigados a concorrer entre si em uma licitação municipal. A partir da negociação foi estabelecido que todos os interessados compusessem um único grupo integrante do projeto participante da chamada pública realizada pelo Governo Federal. Adicionalmente, os agricultores também lograram estabelecer um contrato de um ano com a Prefeitura – período completo de execução do projeto apresentado pela Prefeitura na chamada pública –, obtendo melhores condições para o planejamento da produção do que agricultores de outros municípios que se submetem às licitações municipais trimestrais.

Foi constatado que a inserção nos mecanismos de financiamento tem implicações sobre a ocorrência de maior pressão por eficiência. O pagamento do financiamento não é fácil para os agricultores, que estão sujeitos às incertezas da natureza. Logo, visando manterem-se adimplentes, essas pessoas estão sempre em busca de um maior volume de produção. Esta busca por eficiência e produtividade é evidenciada também na atenção cada vez maior dos agricultores aos cultivos mercantis, em detrimento do cuidado com hortas, lavouras e animais tradicionalmente empregados para a subsistência familiar. O trecho abaixo contém um depoimento significativo a esse respeito:

a gente fazia isso aí [produção de subsistência], mas hoje sai mais barato eu plantar a verdura, eu plantar o melão, do que arrumar mão de obra pra cuidar dum pedacinho, porque aí tenho que tirar da outra coisa pra... porque a mão de obra é muito escassa aqui, pra cuidar daquilo ali [lavoura de subsistência]. Aí o que acaba acontecendo: não capina direito o feijão, chega na hora de colher, tu tá colhendo melão e outras coisas, passou do ponto, mofa lá, perde na lavoura... nem aipim que nós plantávamos todo ano, nós não plantamos mais pra comer. Por causa da mão de obra pra ir na roça capinar. Tu vai deixar de capinar tomate, melão ou vai capinar aipim? Tu deixa o aipim pra traz, aí daqui a pouco ... não dá nada que presta. Então, a gente compra aipim hoje pra... tendo a terra, tendo tudo... a gente compra aipim. A gente compra feijão, compra batata-doce, e não plantamos mais para o consumo, por causa da mão de obra. [Faz muito tempo essa mudança?] Não, isso de uns cinco anos pra cá (Agricultor de Nova Santa Rita, não faz parte de Assentamento).

A constante necessidade de expansão da produção tem levado muitos agricultores de Maquiné a migrarem para as terras da serra do município de São Francisco de Paula nos meses do verão e, segundo relatos, a cada ano aumenta o período de permanência naquele local, onde as áreas de terras são mais extensas do que no vale do Maquiné. Tais produtores, altamente estruturados e orientados pela lógica de produtividade, procuram estabelecer relações de parceria. As parcerias estão assentadas em relações pouco formalizadas, nas quais prevalece a palavra do proprietário da terra. Trata-se de uma forma de assalariamento precarizado. Percebe-se, nesses casos, que a detenção dos meios de produção, principalmente a terra, confere ao proprietário grande poder de dominação sobre os parceiros.

No Brasil, os contratos de parceria e arrendamento são regulamentados pelo Decreto nº 59.566/1966. Tal regulamentação, além de antiga, é, segundo Wanderley (2009), insuficiente, esparsa e constantemente desrespeitada. Embora o Decreto assegure o direito aos parceiros de venderem sua produção a quem desejarem, não sendo obrigados a comercializarem com o proprietário da terra, o modo como as parcerias estão estruturadas nos dois municípios garante que os produtores estabeleçam relações monopolistas com os parceiros.

O imperativo de eficiência imposto pelo mecanismo de crédito pode ser relacionado à intensificação da utilização das relações de parceria no município de Maquiné. Quando perguntado sobre como surgiram as parcerias no município, um dos entrevistados, que comercializa sua produção na Ceasa, respondeu:

eu trabalhei com empregado... eu acho que uns dez anos. Mas aquele pessoal que tinha compromisso sabe? “Hoje eu vou trabalhar”, ele vinha. Vinha mesmo. Depois esse pessoal começou a ficar mais velho, começou a sair, porque, naquela época, nunca trabalhou comigo gente nova né. Sempre pessoas mais velhas do que eu. Mas era gente de compromisso. Se tinha que vir, eles vinham. Depois veio a gurizada mais nova... hoje, por exemplo, tem que fazer uma carga de caminhão [estava chovendo no momento da entrevista]. Chova ou não chova, tu tem que fazer. É compromisso lá [Ceasa] né. Eles tão tudo na roça colhendo. Se tu fizesse... se eles fossem teus empregados, empregado que eu digo é trabalhar contigo né, por exemplo, diarista, ou semanal, hoje ele não vinha! E te deixava empenhado. Aí foi, daí eu pensei assim, “vamos mudar esse negócio, que nós temos que mudar”. Vai fazer assim, que daí eles têm compromisso, eles vão ter que colher o que é deles se eles quiserem ganhar. Ele produziu, se hoje ele não vier colher, ele vai perder. Vai perder. Ficou na roça, ele não ganha. Aí foi uma solução que a gente achou, e boa [Agricultor aposentado de Maquiné, comercializou na Ceasa durante muitos anos e, atualmente, os filhos continuam produzindo e comercializando via Ceasa].

A exploração do trabalho de parceiros é praticada em quinze dos 21 estabelecimentos visitados no município de Maquiné, sendo mais observada nos que se relacionam diretamente com as redes varejistas ou com os comerciantes mais capitalizados dentro da Ceasa.

Todas essas questões mencionadas se refletem também no estabelecimento de novas relações com o tempo e com o espaço e que

podem ser observadas na orientação das atividades dos agricultores, muitas vezes direcionadas exclusivamente às atividades mercantis. Ao longo da pesquisa de campo, foram registrados alguns relatos de que, há alguns anos, as pequenas lavouras de subsistência foram abandonadas. As relações dos agricultores no cenário de expansão do crédito, da mecanização e da intensificação das relações comerciais se tornam cada vez mais mediadas pelo dinheiro e, com isso, sua relação com o tempo e com o espaço são alteradas. Todo o tempo e toda a área possível são dedicados à produção dos gêneros mercantis. Quando deixam de plantar para subsistência passam a ter necessidade de mais dinheiro para comprar alimentos que antes eram produzidos em casa. Lembrando Simmel (2005), é possível afirmar que o dinheiro passa a ser o mediador da relação entre o sujeito e o objeto (os gêneros de que necessita para subsistência), provocando uma ruptura da relação qualitativa antes estabelecida entre o agricultor e a sua alimentação cotidiana.

A estruturação proporcionada pelo Pronaf parece inserir os agricultores em uma lógica empresarial de organização na qual a terra passa a ser essencialmente um meio produtivo. Os imperativos de produção, eficiência, a corrida contra o tempo e o ritmo acelerado e intenso do trabalho tendem a provocar alterações nas relações das famílias com a terra e, nesse processo, filhos e filhas são incentivados a estudar para exercer uma profissão no meio urbano, revelando uma ruptura com a terra e com a atividade agrícola, o que reflete o impacto do processo de empresarização estendido ao mundo rural.

Considerações finais

Embora ofereça uma oportunidade histórica de acesso aos recursos públicos para os atores que foram durante muito tempo alijados da política agrícola brasileira, a política de crédito rural subsidiado coloca algumas exigências e limitações aos beneficiários. O acesso ao financiamento em três parcelas por parte dos agricultores assentados, a baixa estruturação dos assentamentos no momento do primeiro acesso, a lógica de acesso individualizada limitando a participação associada dos agricultores e a insuficiência da assistência técnica foram algumas imposições e limitações identificadas para a participação dos agricultores que, paralelamente, enfrentam limitações no acesso aos mercados e na comercialização dos produtos. Uma das causas da dificuldade é a estrutura monopolística do varejo alimentar que, seguindo uma tendência mundial, vem se concentrando em poucas redes supermercadistas com grande poder de mercado.

Os agricultores inseridos na política de crédito têm orientado a sua

organização para o aumento da produtividade e da eficiência, de modo a poderem saldar o financiamento. Tal condição foi relacionada, nesta pesquisa, às mudanças qualitativas nas relações entre os sujeitos, que passaram a estabelecer relações de exploração baseadas no sistema de parceria, no qual os trabalhadores rurais vendem sua força de trabalho aos proprietários de terras em troca de um percentual sobre o valor da produção comercializada. Embora as parcerias não constituam relações formais de assalariamento, elas podem ser consideradas mais precárias do que as relações assalariadas, uma vez que prevalece a informalidade e os parceiros possuem poucas garantias a respeito de sua remuneração, vendendo a produção numa condição de monopólio exercido pelo dono da terra. Registra-se, nos estabelecimentos mais capitalizados, a tendência ao aumento da divisão do trabalho e da especialização; em certos casos, os donos do estabelecimento se tornam administradores e, na expressão utilizada por alguns agricultores, “não pegam mais na enxada, só na caneta”.

A realização do presente estudo contribuiu para a percepção de que a utilização contínua dos financiamentos do Pronaf, sobretudo entre os agricultores do município de Maquiné, pode ser relacionada à assimilação da lógica desse mecanismo por eles. Durante a pesquisa de campo, tal realidade representou um obstáculo para o aprofundamento do conhecimento sobre a experiência dos agricultores com o crédito rural, uma vez que pouco se destacavam situações, problemas e reflexões a esse respeito. Ao serem questionados sobre possíveis dificuldades para a quitação dos financiamentos, era comum escutar que quem utiliza mal não consegue pagar, mas quem utiliza corretamente, não costuma ter problemas, o que evidencia a internalização da lógica subjacente ao financiamento. Tal percepção tornou-se evidente para nós somente a partir do contraste com as reflexões sobre o financiamento expostas pelos agricultores assentados da reforma agrária em Nova Santa Rita.

O discurso de legitimação da política de agricultura familiar, proferido pelos agricultores, parece desconexo, uma vez que o cenário observado aponta para uma intensa exploração dos agricultores pelas redes supermercadistas, além da constante instabilidade dos preços, agravada pelo aumento dos custos produtivos.

Verificou-se, também, que à medida que os agricultores ampliam sua estrutura produtiva e estabelecem compromisso de venda com grandes mercados, sua relação com o tempo, com o espaço, com o trabalho também é alterada e o dinheiro passa, cada vez mais, a mediar sua relação com o mundo em um cotidiano de trabalho intenso e exaustivo.

À presença das grandes redes varejistas estão associadas estratégias

individualizadas e competitivas dos agricultores entre si. As redes, por sua vez, usufruem de grande poder de mercado, estabelecendo condições para a compra dos produtos e, desse modo, desfrutando indiretamente do baixo custo do financiamento do Pronaf e transferindo parte dos seus custos aos agricultores que desejam a garantia de compra em escala oferecida pela relação contratual com as redes supermercadistas. A pesquisa de campo revelou que constitui uma prática comum das redes, a cobrança de taxas para a exposição dos produtos em seus supermercados e, além disso, fazem exigências aos agricultores, tais como a produção em estufas, o transporte em caminhões com câmaras frias, entre outras ações relatadas pelos agricultores, sobretudo os de Maquiné. A situação verificada em campo aponta para a necessidade de estudos que aprofundem o conhecimento sobre as relações estabelecidas entre agricultores e grandes empresas do varejo alimentar.

A forma de acesso individualizada aos créditos do Pronaf tem implicações sobre os enclaves mantidos pelos agricultores, uma vez que estes passam a adotar estratégias individualizadas em detrimento de uma ação mais coletivizada e solidária. Tal constatação se relaciona à extinção da Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (Apsat) em Maquiné, que durante mais de 30 anos possibilitou o compartilhamento de máquinas e implementos agrícolas entre os agricultores, mas sucumbiu à entrada ostensiva de tratores e outros equipamentos agrícolas a partir da criação da linha do Pronaf Mais Alimentos, em 2009, quando uma parcela considerável de agricultores optou pelo processo de mecanização individualizado.

Os agricultores assentados, por sua experiência de organização política no MST, parecem conseguir se organizar para contornar certos aspectos da empresarização difundidos pela política pública centrada no mecanismo de crédito, como nos casos da renegociação das dívidas, no acesso coletivizado ao financiamento e na recusa em aderirem a um comportamento de competição entre assentados nas licitações municipais. Isto ressalta a importância da organização política desses agricultores e agricultoras.

Assim, pudemos constatar que, se, por um lado, o acesso ao financiamento pelos pequenos agricultores constitui uma vitória, resultado da luta travada nos movimentos sociais do campo – pois durante muito tempo o financiamento era dirigido exclusivamente aos grandes proprietários rurais –, por outro, durante a realização desta pesquisa, tal mecanismo de política pública mostrou ser um vetor do fenômeno de empresarização estendido ao meio rural e, por vezes, insuficiente na promoção de renda e qualidade de vida aos trabalhadores rurais.

Referências bibliográficas

- ABRAHAM, Yves-Marie. *L'entreprise est-elle nécessaire?* In: DUPUIS, Jean-Pierre (org.). *Sociologie de l'entreprise*. Montréal: Gaëtan Morin Editeur, 2006, p. 323-374.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. *Manual de Crédito Rural*. 2014a. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso: mar. de 2016.
- _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). *Painel dos Assentamentos*. Brasília: 2014b. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso: mar. de 2016.
- CASTRO, Edson, SEIBT, Paola e HELLER, Karine. *Anuário Brasileiro de Agricultura Familiar*. 2013. Erechin, RS: Ed. Bota Amarela, 2013, 243p.
- FERNANDES, B. M. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. 2013. 343p., v. 1, parte 1 e 2. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: 2013.
- FILGUEIRA, F. A. R. *Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças*. Viçosa, MG: UFV, 2003, 412p.
- FONTOURA, L. F. M. Desigualdade regional no Brasil meridional. *GEOgraphia* (UFF), v. 12, p. 122-148, 2010.
- GARCIA, F. Apresentação. In: PARETO, V. *Manual de Economia Política*. São Paulo: São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.
- GUANZIROLI, C., et al. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar: versão preliminar*. Brasília: FAO: INCRA, 1994, 98 p. Português. Projeto UTF/BRA/036/BRA.
- GUANZIROLI, C. H. e CARDIM, S. E. de C. S. (Coord.) *Novo Retrato da Agricultura familiar – O Brasil Redescoberto*. Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO. Brasília, fevereiro, 2000.
- HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. 21. ed. rev. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.
- _____. Cidades. Rio Grande do Sul. *Maquiné: Síntese das informações*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431177>>. Acesso: mar. de 2016.
- _____. Cidades. Rio Grande do Sul. *Nova Santa Rita: Síntese das informações*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431337>>. Acesso: mar. de 2016.

A agricultura familiar e a expansão das relações sociais inerentes à empresa

- MARCONI, M. A. e LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MATTEI, L. F. *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília, MDA, 2006, 202p. (Nead Estudos).
- PARETO, V. *Manual de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações. Uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SCHNEIDER, S., MATTEI, L. e CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.
- SIMMEL, G. *O dinheiro na cultura moderna*. In: SOUZA, J. e OELZE, B. Simmel e a modernidade. Brasília: Editora UNB, 2005.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1776], v. 1.
- SOLÉ, A. *Créateurs de mondes – nos possibles, nos impossibles*. Paris: Éditions du Rocher, 2000.
- _____. *L'enterprisation du monde*. In : CHAIZE, J. e TORRES, F. *Repenser l'entreprise: Saisirce qui commence, vingt regards surune idée neuve*. Paris: Le Cherche Midi, 2008.
- VIANA, N. Modernidade e pós-modernidade. *Revista Enfrentamento*. Ano 4, n. 6, p. 25-35, jan./jun. 2009.
- WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009, v. 1, 328p.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ARAÚJO, Ayana Zanúncio e Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva. A agricultura familiar e a expansão das relações sociais inerentes à empresa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 85-112, ISSN 1413-0580.

Resumo: *(A agricultura familiar e a expansão das relações sociais inerentes à empresa)*. O presente estudo teve como objetivo analisar as relações que se estabelecem e/ou se acentuam a partir da inserção dos agricultores na

política pública de agricultura familiar, especialmente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para realização desta pesquisa de natureza interpretativa, utilizou-se o procedimento de amostragem intencional por tipicidade (MARCONI e LAKATOS, 2010), tendo sido identificados dois municípios gaúchos, Maquiné e Nova Santa Rita. A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e setembro de 2014, com agricultores e agricultoras beneficiários de políticas públicas de agricultura familiar nos dois municípios. Os principais procedimentos de coleta adotados foram a realização de entrevistas semiestruturadas e a confecção de um caderno de campo. A análise do material empírico esteve amparada pelas discussões sobre as relações inerentes à empresa e ao processo de empresarização do mundo (SOLÉ, 2008; ABRAHAM, 2006). A ênfase nos cultivos comerciais em detrimento da agricultura de subsistência, o acesso individualizado aos financiamentos, a proliferação das relações de *parceria* (uma maneira particular e informal de empregar pessoas), entre outras situações observadas no campo, evidenciam um processo de assimilação e intensificação das relações funcionais, impessoais, de dominação, de assalariamento e de concorrência associado ao acesso às políticas públicas e às relações contratuais com grandes redes varejistas. Todavia, também foram observadas atitudes de agricultores e agricultoras organizados que conseguiram contornar determinados aspectos da empresarização.

Palavras-chave: agricultura familiar, Pronaf, empresarização.

Abstract: (*Family farming and the expansion of social relations inherent to the enterprise*). This study aimed to analyze the relations that are established and / or that are accentuated by the insertion of farmers in public policies for family farming, especially in the National Program to Strengthen Family Farming (PRONAF). For realization of this interpretative research, an intentional sampling procedure by typicality was adopted (MARCONI e LAKATOS, 2010), by selecting two municipalities in Rio Grande do Sul state, Maquiné and Nova Santa Rita. Data collection took place between April and September 2014, with beneficiaries of public family farming policies in the two municipalities. The main data collection procedures adopted were semi-structured interviews and the taking of field notes. The analysis of the empirical material was supported by discussions about the relationships inherent in enterprises and in the global process of enterprising (SOLÉ, 2008; ABRAHAM, 2006). The emphasis on cash crops to the detriment of subsistence farming, the individualized access to finance, the proliferation of partnership relations [a particular and informal means to employ people], among other situations observed in

A agricultura familiar e a expansão das relações sociais inerentes à empresa

the field, show a process of assimilation and intensification of relationships featured in a functional, impersonal, domineering, salaried and competitive fashion, associated with access to public policies and contractual relationships with large retailers. However, attitudes of organized farmers and female agriculturalists that managed to circumvent certain aspects of enterprising were also observed.

Keywords: family farming, Pronaf, enterprising.

Recebido em março de 2016.

Aceito em abril de 2016.